

25ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA 10DEZ2012

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Passamos à

PAUTA

O Ver. Carlos Todeschini está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. CARLOS TODESCHINI: Sr. Presidente, Ver. Mauro Zacher; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público presente, a quem também me dirijo, retorno ao tema em debate. O Governo pede, em um dos Projetos, autorização para o protesto em cartório de títulos menores de 5 mil Ufirs que, na prática, são dívidas que têm valor menor do que R\$ 15 mil. Estamos aqui tendo uma proposta do Governo do Executivo de tratar contribuinte como consumidor, de aplicar ao contribuinte as mesmas regras do consumidor opcional, e, de novo, estou fazendo aqui um debate contrário a essa matéria, por entender que não é justo, que não é adequado o contribuinte ser tratado dessa forma, porque o contribuinte tem uma outra relação, com prazos, obrigações, enfim, tem um tratamento que não se aplica às regras de mercado, pois ele é um contribuinte compulsório. E o Governo, que já tem um Orçamento portentoso, já são mais R\$ 5,3 bilhões, na fúria arrecadatória, agora traz essa proposta, que espero não seja aprovada, Ver. Brasinha, de fazer cobrança por protesto de título aos pequenos devedores. Evidentemente que todos sabem das dificuldades que a quantidade de impostos traz ao contribuinte brasileiro, portanto, pensar em mais uma medida desse tipo é atacar frontalmente a grande massa de trabalhadores, a grande quantidade de contribuintes, que são os pequenos devedores, que não se negam a pagar os tributos, mas que pagam com atraso, com juros, com correção monetária, dentro dos prazos e dos mecanismos legais existentes que são lançados pelo Executivo. Por isso venho aqui fazer este alerta: que não aprovemos este Projeto. Estamos aqui agora na 2ª Sessão de Pauta, e tem que ficar o alerta para a Cidade, para os Vereadores, sobre o voto de cada um sobre essa matéria: o meu voto vai ser contrário, aviso e alerta aqui, e fiscalizem os demais Vereadores sobre essa decisão.

Quanto a outras medidas, como, por exemplo, a repactuação do ISSQN em relação aos serviços, em específico da Unimed, não tenho divergência porque sei que é uma conta muito volumosa, que houve outras tentativas em outras épocas de negociação, e que não foi aprovada a proposição atual por escassa maioria, então, me posiciono a favor. É um Projeto proveniente também do Executivo que compatibiliza a possibilidade de arrecadação de um lado, e, de outro, de pagamento por parte dos devedores. Creio que isso faça parte de uma negociação que foi feita e que tem que ser entendida como favorável à Cidade, por possibilitar arrecadação, portanto, acredito que devemos aprovar; diferente de outros momentos em que se mandavam projetos para cá que tinham capacidade de beneficiar tanto o contribuinte como o Município, mas eram negados pela Câmara. Eu lembro quanta dificuldade se enfrentou no passado, em especial pela liderança do então Ver. Sebastião Melo, que fazia de tudo para inviabilizar esses projetos. Eu sou testemunha das matérias que encaminhei aqui, via DMAE, e do que foi feito, aqui, de interposição de dificuldades para produzir esse tipo de solução. Agora, diferentemente, nós estamos aqui e apoiamos as medidas porque elas são boas tanto para os contribuintes como para o Município.

Nós temos mais uma série de projetos, de concessão de títulos, homenagens, e não tenho nada a objetar, vou votar favoravelmente a eles. Apenas quero fazer esse alerta em relação aos projetos... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereador-Presidente, a quem faço o apelo para que reveja sua posição de não ceder o quiosque da Ouvidoria – era sobre esse tema que falava na tribuna há pouco –, porque, na minha opinião, a Ouvidoria da Casa, no Mercado Público, deveria ter atendimento dos Vereadores diariamente, se quisermos aproximar esta Câmara para além do que já fazemos nos mandatos.

Senhores e senhoras, Vereadores e Vereadoras, vou tratar mais detidamente da Lei nº 10.036, de agosto de 2006, Lei votada nesta Casa e de uma importância muito grande para os artistas, para a Cultura da cidade de Porto Alegre. Vou repetir, Ver. Dib: ela é uma

Lei muito importante, foi uma Lei de autoria do então Ver. Raul Carrion, foi uma luta da Associação dos Escultores, uma luta dos artistas para que esta Cidade tenha beleza, para que esta Cidade valorize a obra de arte, invista na obra de arte, para que os novos prédios, na sua maioria, lamentavelmente, caixotes, em que a gente não vê nada de novo, de bonito, de estético.

Quero fazer esta fala em homenagem a Oscar Niemeyer – infelizmente ele não fez escola, como gostaríamos –, que fez uma Brasília linda, sinuosa, de linhas arrojadas, que mostrou que o simples é belo, Ver. Dib. Pois Porto Alegre não consegue beber dessa linda história de inovação de Niemeyer. As nossas edificações, lamentavelmente, são caixas, caixotes, caixinhas e caixões, não têm nada de esteticamente novo, não têm nada de identidade para a nossa Cidade, de leitura da nossa identidade, da formação do nosso povo, seja dos açorianos, seja do negro, dos italianos ou dos judeus – e destes temos bairros específicos. Não conseguimos enxergar isso na arquitetura de Porto Alegre, e essa Lei fez um movimento importantíssimo, no sentido de que, quando uma obra custar milhões, Ver. Sebastião Melo, seja incluído o pagamento ao artista, para que esse artista, Ver. Dib, coloque uma obra de arte visível, na fachada, num empreendimento com mais de 2.000 metros quadrados. Ano passado, eu, na Presidência da Casa, e o Ver. Garcia na presidência da CECE, acolhemos muitas vezes a luta e a indignação dos artistas plásticos porque, mesmo aprovada em 2006, essa Lei não foi regulamentada até o ano que passou. A Prefeitura argumenta, por meio da Secretaria de Obras, da Secretaria de Cultura, do Sinduscon, que “não é viável, não é possível”. Finalmente, no ano passado, construiu-se uma regulamentação. Pasmem! Regulamentação que ainda não incide sobre os projetos aprovados na Cidade. A Cidade está em construção, na Arena do Grêmio tem que ter uma obra de arte lá; nos prédios, nas dez torres que vão sair aqui na Azenha, têm que ter obra de arte. Não tem custo; é diluído no custo geral dos apartamentos, não é nada. O espigão que há na Rua Lima e Silva agride aquela rua, mas deveria cumprir a Lei de 2006. Estou aqui propondo que, a partir de 500 metros quadrados, as obras públicas também incorporem, Ver. Garcia, esta disposição.

E falo, de novo, aqui, no cumprimento das leis, Ver. Sebastião Melo, que sai do Legislativo e vai ser Vice-Prefeito. Eu espero que este Parlamento seja respeitado na construção que faz, porque, este ano, nós tentamos, com a Secretaria do Planejamento, que disse não saber como vai cobrar dos empreendedores, em que momento, se vai sair

na DM, que é um procedimento burocrático, que tem que alterar... Estão nos enrolando, enrolando os artistas, desrespeitando os artistas que estiveram aqui em Audiência Pública.

Então, além de alterar a Lei, eu venho aqui pedir o cumprimento da Lei das obras de arte... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Sebastião Melo está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. SEBASTIÃO MELO: Meu caro Presidente Mauro; meus colegas e minhas Vereadoras, eu retorno, nesta Sessão Extraordinária, para ratificar o que, de certa forma, disse nessa tribuna. O Projeto tributário que está sendo discutido é benéfico para o setor gráfico, porque, há muito tempo, esta Casa, na questão dos gráficos, colocou 2,5 metros quadrados. Eles assinaram uma meta, e esta meta não foi cumprida porque eram 5 metros quadrados e baixaram para 2,5 metros quadrados, mas acordo a gente tem que cumprir. E nós estamos passando para 3,5 metros quadrados para podermos equilibrar. Sobre a questão da Unimed. Eu lembro desse assunto, minha querida Ver.^a Sofia Cavedon, ainda lá no final do Governo Verle. O Governo de V. Exa. deu um perdão enorme para esses companheiros. Olha, eu me lembro disso, o meu amigo Pujol foi Relator dessa matéria. O que acontecia antes? Você tinha uma alíquota de 5%, mas você ia deduzindo, deduzindo – porque o laboratório, porque isso, porque aquilo – e, lá no final, a Unimed, praticamente, não pagava nada. Nós reduzimos para 2%, Vereadores, e tiramos todos esses penduricalhos. A Unimed entrou na Justiça e agora se chegou à conclusão de se fazer uma alíquota de 3,5% e mudar a base de cálculo. Então isso vai ser bom para o Município, é bom para a área de Medicina.

E terceiro, Ver. Todeschini, eu quero dizer para V. Exa. que, se eu não pagar a minha conta de luz, ela é cortada, como a de todos os senhores. Se eu não pagar o meu carnê – eu nem sei se ainda há carnê, antigamente havia aqueles carnês –, colocam-me, no SPC. Agora, é o seguinte: se o cidadão não pagar o seu IPTU, o Ver. Todeschini não quer que eu proteste o cidadão. Desculpe-me, Ver. Todeschini. Até porque, por responsabilidade fiscal, se eu não fizer isso, eu tenho que entrar com ação judicial. E eu quero fazer isso,

Ver.^a Sofia, porque isso proporciona o nome publicado no jornal de que o cidadão é devedor; não está acusando o sujeito. O Governo fez o primeiro chamamento, e 70% pagaram. Só que ele está autorizado a fazer só a partir de R\$ 15 mil e ele está pedindo para reduzir, para cobrar R\$ 10 mil dessa forma, para cobrar R\$ 5 mil dessa forma! Mas qual é o pecado que tem isso?

E encerro dizendo que nós estamos pedindo a autorização para contratar mais R\$ 461 milhões para as obras da Copa, porque o maior legado para esta Cidade não são os jogos que vão passar por aqui, Ver. Brasinha; o maior legado é a Arena do Grêmio – e cumprimentos por essa bela festa; ao Estádio do Internacional; às avenidas que estão sendo alargadas; aos viadutos que vão ser construídos; às avenidas que estão acontecendo. E o grande ganhador disso é o cidadão, cada cidadão desta Cidade. Então estamos pedindo a autorização de R\$ 461 milhões a mais, fruto de uma parceria com o Governo Federal, especialmente com o PAC da Copa. É competência do Governo Municipal e boa parceria da companheira Dilma.

A Sra. Fernanda Melchionna: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Inclusive o seu Partido é da base do Governo Dilma com o Vice Temer, para lembrar os outros Vereadores que estão aqui comentando a sua intervenção. Eu queria lhe perguntar, Ver. Sebastião Melo – pois no Orçamento do ano que vem já foram aprovados R\$ 500 milhões para as obras da Copa –, então a Prefeitura está pedindo mais R\$ 461 milhões para as obras da Copa? É isso? Sobre este Projeto que está sendo discutido hoje em Pauta, além dos R\$ 500 milhões para o ano que vem, é quase um R\$ 1 bilhão para as obras da Copa?

O SR. SEBASTIÃO MELO: E eu gostaria que fossem R\$ 2 bilhões. Só será possível o valor de oitocentos e poucos milhões de reais. Nós já temos, autorizado por esta Casa, o valor de quatrocentos e poucos milhões de reais, e estamos pedindo autorização para mais quatrocentos e poucos milhões de reais. Mas o meu desejo e o desejo do Fortunati é que fossem, no mínimo, R\$ 2 milhões, porque ganharia a cidade de Porto Alegre, porque as obras que estão sendo feitas para a Copa ficarão para esta Cidade. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Engenheiro Comassetto está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ENGENHEIRO COMASSETTO: Sr. Presidente, meus colegas Vereadores, minhas colegas Vereadoras, senhoras e senhores, tem sido muito intenso o conjunto de projetos que temos recebido nas últimas semanas do ano. Há dois projetos aqui tratados: o primeiro é sobre o que já tratei aqui anteriormente, que é a cobrança de redução de ISSQN, direcionada, Ver. Adeli, para os prestadores de serviços de saúde e, dentro dos serviços dos prestadores de saúde, para a Unimed. Eu registrei aqui, Ver. Sebastião, que o projeto tem mérito. Agora, fazer uma discussão direcionada para um setor é muito aquém do que a Cidade precisa para ter um programa de incentivo fiscal que possa atrair as empresas para Porto Alegre e não expulsá-las de Porto Alegre. E o movimento que acontece hoje é justamente o da guerra fiscal entre os Municípios, remetendo à exclusão, à expulsão de muitas empresas prestadoras de serviços do Município de Porto Alegre.

Bom, se nós estamos aqui discutindo, e o Executivo mandou o projeto da redução do ISSQN, direcionado à Cooperativa de Saúde Unimed, por que nós não podemos discutir aqui, por exemplo, a inclusão dos projetos de engenheiros e arquitetos da Cidade que têm que pagar 5% do ISSQN? E esses novos profissionais não se instalam em Porto Alegre. Estão se instalando onde? Em Canoas, em Gravataí, em Sapucaia, em Esteio, em um conjunto de outros Municípios no entorno de Porto Alegre. Então, Ver. Sebastião Melo, futuro Vice-Prefeito, temos que se fazer um debate sobre um plano de incentivo para a questão tributária do Município de Porto Alegre, sobre aquilo que os técnicos e economistas chamam de Lei de Laffer: diminui-se o percentual dos impostos, aumenta-se a produção, e o ganho total é maior do que se tinha. São muitos pagando pouco, e não poucos pagando muito. Essa é a equação que precisamos construir aqui em Porto Alegre, e essa equação não deve se propor para um segmento exclusivo.

O segundo projeto autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito no valor de R\$ 461.923.000,00 para os projetos relacionados à reestruturação e à melhoria da cidade de Porto Alegre. Aqui temos que salientar, mais uma vez, o êxito, o mérito que tem, sim, o Governo Federal. O Governo Federal, da Presidenta Dilma, tem mantido uma política republicana com os Municípios. Eu tive a oportunidade, inclusive, na última quarta-feira, de participar, no Planalto, da concretização da construção de um milhão de

unidades habitacionais para quem ganha até três salários mínimos, e, para a virada do ano, da contratação de mais 1,4 milhão unidades habitacionais para serem construídas, através dos Municípios, Estados e União. Então, venho aqui, mais uma vez, dizer que Porto Alegre nunca recebeu tantos recursos de um Governo como tem recebido agora e como recebeu do Governo Lula. Esses projetos são para investir na Cidade. O Ver. João Antonio Dib disse que tem que pagar. É claro que tem que pagar, mas qual outro Governo, no tempo do regime militar, tinha isso? Não tinha isso, os Municípios eram estrangulados. Portanto, venho aqui dizer que votaremos favoravelmente, sim, a esse empréstimo, porque é para o bem de Porto Alegre e do Brasil. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Presidente, Mauro Zacher; na pessoa de V. Exa. quero cumprimentar os demais Vereadores, Vereadoras, o público que nos assiste nas galerias, na TVCâmara, e fazer um especial cumprimento ao Sr. Edgar, Secretário dos Esportes, que acompanha a nossa Sessão na tarde de hoje.

Eu venho a esta tribuna, Presidente, no período de Pauta para fazer referência a alguns Projetos que tramitam – temos uma série de Projetos. O primeiro a que eu gostaria de fazer menção é o PLE nº 057/12, que cria a Gratificação por Atividade Operacional Especial, a ser concedida a servidores em efetivo exercício na Assessoria Operacional do Gabinete Executivo, do Gabinete do Prefeito, da Administração Centralizada do Município de Porto Alegre, e dá outras providências.

Eu gostaria, aqui, Ver. João Dib, nosso Líder do Governo, de fazer menção à forma corajosa com que o Prefeito Fortunati tem mostrado à sociedade a importância que algumas ações, ao se concretizarem, podem modificar – e bastante – o dia a dia do serviço público na Administração. Eu li atentamente, no sábado, a matéria publicada pelo Prefeito, em que ele coloca à população a necessidade de uma reestruturação e de investimentos para a qualificação dos serviços. Então, eu quero cumprimentar o Executivo por essa iniciativa e dizer que este é mais um dos Projetos que vai nesse sentido. Faço aqui esta referência, porque acredito que é assim que se enfrenta a realidade,

conversando com a população, falando da necessidade de mais investimentos para qualificação e melhoria, lá na ponta, no resultado, na entrega para aquele cidadão e para aquela cidadã que precisam de um serviço mais ágil, precisam de um servidor que possa estar ali mais motivado para realizar um serviço no cotidiano, que vem a ser o serviço a ser prestado à população.

Eu quero cumprimentar a Ver.^a Sofia, preocupada com os equipamentos para crianças deficientes físicas ou mentais nas praças. Quero fazer menção ao Projeto de V. Exa., Vereadora, com relação às artes plásticas nas edificações, inclusive, aqui, dando um benefício de volumetria.

Faço menção também, companheiro Mauro Zacher, ao Projeto de V. Exa. no sentido de conceder o Título de Cidadã de Porto Alegre à nossa querida Vereadora, que integrou a nossa Bancada na última Legislatura, Neuza Canabarro.

Ver. Elói Guimarães, cumprimento V. Exa., porque muitos estudantes aqui do Município hoje estão formados graças à APLUB. Se não fosse a APLUB, talvez esses jovens não tivessem tido a oportunidade de pagar a faculdade e, hoje, retribuírem com sua formação. Cumprimentos a V. Exa., que concede a Comenda Porto do Sol a essa Instituição, que tantas bolsas de estudo, principalmente para o Nível Superior, concedeu no nosso Município.

Quero também cumprimentar o Ver. Ferronato, que traz à Casa um debate a respeito do tráfego de motocicletas. Acho que essa é uma pauta interessante. Hoje, a ciclovia está na agenda positiva da Cidade. Por que não debatermos também essa questão da motocicleta? Quantas mortes hoje se veem no trânsito? Os motobóis encabeçam as listas, principalmente com mortes, muitas vezes com acidentes severos, que levam a lesões, inclusive com mutilações. Então, acho importante trazermos o tema ao debate. Veremos de que forma o Vereador pretende encaminhar esse assunto.

Da autoria do Ver. Paulinho Marques há um Projeto referente ao monitoramento de veículos no transporte coletivo. Vejo aqui o Secretário Cappellari, da EPTC, a quem cumprimento também. Acho que esse monitoramento do deslocamento dos veículos é interessante. Em viagem, estive fora do Brasil, e lá, quando aguardamos o ônibus, muitas vezes, sabemos o tempo que falta para aquele ônibus chegar – um minuto, dois minutos – , fazendo com que a pessoa possa se organizar. Cumprimentos ao Ver. Paulinho Marques, acho que é um Projeto interessante. Possivelmente necessite de algum ajuste,

mas acho que a iniciativa é boa. Essas são as minhas considerações na tarde de hoje. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Obrigado, Ver. Márcio Bins Ely.

O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PEDRO RUAS: Presidente, Mauro Zacher; Vereadoras e Vereadores, na última quinta-feira, Ver.^a Fernanda Melchionna – em nome de quem eu falo também, com muita honra –, a imprensa divulgou mais um descalabro que ocorreu na área da Saúde, e com a autoria do mal-afamado Instituto Sollus. O que descobre, agora, a Polícia Federal? E isto foi divulgado na quinta-feira! Que o Instituto Sollus, Ver. Cecchim, ao longo de dois anos, entre 2007 e 2009, simplesmente não pagou a Previdência Social e, além de não pagá-la, criou comprovantes de recolhimentos falsos, Presidente Zacher! E isso foi descoberto pela Receita Federal, encaminhado à Polícia Federal, que já ouviu agora a Procuradoria-Geral do Município, que já sabe dos fatos, que confirma que não houve o recolhimento, Ver. Ferronato, e que os comprovantes são falsificados. Foram mais de R\$ 11 milhões, Ver. Comassetto, que o Instituto Sollus deixou de recolher para a Previdência Social! E a Previdência, por sua vez, credora desses valores em relação aos empregados do Sollus, vai executar o Instituto Sollus, que não tem recursos conhecidos para esse pagamento. O que vai acontecer, Ver.^a Melchionna? A execução do Município como devedor subsidiário ou solidário! O Município de Porto Alegre passa a ter mais um gravíssimo prejuízo em cima da atuação nefasta dessa empresa que se chama Instituto Sollus! É inacreditável que continue acontecendo isso em Porto Alegre! Inacreditável! Por dois longos anos, nós tentamos criar a CPI da corrupção na Saúde em Porto Alegre! Por dois longos anos, e não conseguimos! E agora vem a informação confirmada: “Receita Federal descobre; Polícia Federal investiga e confirma; Procuradoria-Geral do Município confirma”. Mais de R\$ 11 milhões desviados da Previdência Social, que agora vai executar o Instituto Sollus, que não tem bens conhecidos, e subsidiariamente, solidariamente vai executar o Município de Porto Alegre. Mais de R\$ 11 milhões! O que, aliás, não chega a ser uma novidade, porque a cidade de Lorena, em São Paulo – está na Internet –, já sofreu a mesma fraude do mesmo Instituto Sollus! E a cidade de Lorena foi condenada na Justiça

a pagar, solidariamente, os valores que o Sollus desviou. O Sollus desviou da Previdência, apresentou comprovantes falsos do recolhimento; a Previdência executou o Sollus, que não tinha bens para garantir a dívida, executou o Município, que está pagando, e isso vai acontecer em Porto Alegre! São mais de R\$ 11 milhões! A própria Procuradoria-Geral do Município já reconheceu que houve a fraude!

Então, estamos apresentando, Vereadoras e Vereadores, um novo Requerimento de CPI da corrupção na Saúde. Não são mais aqueles valores de 2007, 2009 referentes ao mesmo período: são mais R\$ 11 milhões e que ainda serão cobrados! O Município ainda não perdeu. A Previdência já perdeu. O Município ainda não!

Então, é mais do que hora de nós identificarmos os responsáveis e conseguirmos, de uma vez por todas, ressarcir o Erário Municipal desse gravíssimo prejuízo, assinando esse Requerimento. Nós faremos a nossa parte.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Carlos Todeschini está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CARLOS TODESCHINI: Sr. Presidente, Vereadores e Vereadoras, o Ver. Pedro Ruas traz essa notícia da descoberta de mais uma fraude do Instituto Sollus. E todos lembram aqui como foi contratado o Sollus à época pelo Vice-Prefeito Eliseu Santos. O Sollus, que veio de São Paulo, buscado por encomenda, escolhido a dedo para gerenciar a Saúde. Já tem uma fraude comprovada de R\$ 9,6 milhões; diz o Líder do Governo que são R\$ 5,6 milhões. Mas agora aparecem mais R\$ 11 milhões de fraude ao INSS, pelo que o Município responde solidariamente. O Prefeito, à época, José Fogaça, no segundo mês de vigência do contrato com o Sollus, por denúncia do Sindisaúde e do Conselho Municipal de Saúde, foi alertado sobre os riscos e os indícios de fraude no contrato. O Prefeito à época foi notificado pelos Promotores da Vara da Fazenda Pública – dois! – e se deu por ciente, pois assinou documentos em que todos esses alertas estavam sendo feitos, tais como preços incompatíveis, pagamento por serviços não contratados, antecipação de repasses, falta de garantias e tudo mais. Até porque o Sollus era uma empresa absolutamente fantasma; só quem a via, quem a enxergava era o Secretário de Saúde à época, que era Vice-Prefeito. E agora, mais essa fraude! Evidentemente que o

Sollus dificilmente terá patrimônio para pagar, ou melhor, não terá patrimônio, porque todos os seus dirigentes já estão envolvidos em vários processos, e é uma empresa que não tem patrimônio. É uma empresa que veio, alugou sala, alugou mesas, alugou cadeiras, alugou tudo porque era uma empresa absolutamente virtual. E o Instituto gerenciou, Ver. Pedro Ruas, um valor de aproximadamente R\$ 57 milhões.

Com esses dados que o senhor nos traz, a fraude já soma – R\$ 11 milhões mais R\$ 9,6 milhões – R\$ 20 milhões, em valores da época evidentemente, não atualizados até os dias de hoje. Portanto, vejam a gravidade e o motivo de não termos Saúde em Porto Alegre! Eis por que faltam médicos, faltam profissionais, os postos de saúde não funcionam; a principal atividade do Sollus era atender aos Postos de Saúde de Família ou, atualmente, à Estratégia de Saúde da Família, tanto é que está substituído interinamente pelo Instituto de Cardiologia – IFUC –, que terceirizou os serviços. Vejam o tamanho dos problemas que nós temos na gestão de Porto Alegre! São problemas no DEP, são problemas no DMAE, são problemas na SMOV, são problemas no DEMHAB, são problemas graves de gestão e de recursos em todas as Secretarias, onde indícios e elementos de prova de desvio de recursos significativos não faltam. Nós precisamos da apuração dessas responsabilidades porque, a toda hora, vem se pedir recursos, como, por exemplo, este Projeto que vai entrar em Pauta em seguida, que pede mais verbas, mais recursos para publicidade oficial. Pois bem: por que foram gastos todos os recursos para publicidade antes do tempo? E agora se pede a suplementação de mais R\$ 1,7 milhão. Não dá para aceitar isso porque é um Governo que vive de propaganda, é um Governo que vive de nutrir com polpudas verbas os amigos da imprensa que deveriam fazer um trabalho rigoroso de auxílio na investigação e na denúncia daquilo que se constitui fraude contra o erário, crime contra a comunidade. Isso infelizmente é feito... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, meus senhores e minhas senhoras. Um: a Câmara debateu amplamente e aprovou o Instituto

Sollus; dois: as dificuldades enfrentadas pela Prefeitura com o Instituto Sollus foram levantadas pela Prefeitura, eu já demonstrei isso aqui várias vezes. Em oito dias, queixa na Delegacia de Polícia de Porto Alegre, queixa na Delegacia de Polícia de São Paulo, apresentação de queixa no Ministério Público, e Comissão de Sindicância na Prefeitura. Tudo foi levantado, são R\$ 5.800.026,00. Três: a Prefeitura, em execução lá em São Paulo, penhorou todos os bens dos Diretores do Instituto Sollus. Quatro: o Instituto Sollus fraudou apresentando documentos falsos como se tivesse pago as suas responsabilidades com o INSS. É claro que a Prefeitura, como contratante, é corresponsável, mas isso é uma ação a ser decidida na Justiça. Cinco: muito obrigado, saúde e PAZ!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PEDRO RUAS (Requerimento): Sr. Presidente, não precisa responder neste momento, eu sei que não é simples. O Ver. João Dib traz uma informação, que eu agradeço e acho muito importante, eu preciso confirmá-la formalmente. O Vereador falou “quase certeza”. Eu confio plenamente na palavra do Ver. João Dib, mas ele falou “quase certeza”. Eu queria saber, Presidente Mauro Zacher, assim que for possível, se a Câmara Municipal, em 2007, aprovou, se passou pela Câmara a contratação do Sollus? É este questionamento que faço à Mesa, é da maior importância! Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Está feito o registro, levaremos aos encaminhamentos.

(16h16min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Aprego a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Airto Ferronato, ao PLE nº 046/12.

Aprego Requerimento de autoria do mesmo Vereador, solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLE nº 046/12 à apreciação das Comissões, para Parecer. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

Em discussão o PLE nº 046/12. (Pausa.) O Ver. Carlos Todeschini está com a palavra para discutir o PLE nº 046/12.

O SR. CARLOS TODESCHINI: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; o Projeto pede a abertura suplementar, no Poder Executivo, de R\$ 1,7 milhão para publicidade, para a campanha de arrecadação antecipada do IPTU. Vejam, R\$ 1,7 milhão! A primeira pergunta que cabe, Ver. Pedro Ruas, é por que o recurso previsto, aprovado no início do ano, para publicidade foi todo gasto. E não foi pouco! Os senhores e as senhoras podem fazer a comprovação de que o orçamento, que foi cumprido à risca, foi o da publicidade. E aqui não se trata só da publicidade legal; foi publicidade de promoção eleitoral. É por isso que o dinheiro terminou antes do tempo! Agora, o Governo pede mais R\$ 1,7 milhão para suplementar os recursos para publicidade! Enquanto isso, senhoras e senhores, nós temos uma obra, por exemplo, lá no Porto Seco, que não é feita e que custa R\$ 10 milhões. Uma obra que é tão necessária e tão importante que talvez seja hoje o principal ponto de estrangulamento viário da Cidade, pois, nas manhãs, é impossível atravessar a Av. Bernardino Silveira Amorim, a rua da FIERGS, e, no final de tarde, também: os pedestres, as crianças que vão para a escola, os que vão para a igreja, os que chegam do trabalho, os que vão para o trabalho, demoram mais do que 15 minutos, 20 minutos para fazer a travessia, porque é absolutamente impossível atravessar, porque lá os veículos andam em alta velocidade, não há interrupção do fluxo de veículos, porque falta a obra do Porto Seco. Esse recurso seria mais do que suficiente para executar essa obra numa contrapartida, já que o Governo Federal disponibiliza tantos recursos. Mas isto é o que nós não temos visto: obras, Ver. Mauro, necessárias, importantes e fundamentais, essas não acontecem; acontece propaganda do Governo, muita propaganda, e esse é um caso.

Por isso eu digo: eu não aceito, não vou votar a favor, porque o Governo gastou, para se autopromover, antes do tempo, todo o dinheiro da publicidade, e agora pede suplementação de recursos para a campanha publicitária de arrecadação do IPTU. Pergunto: por que não fazem isso através de comunicação de carta direta aos contribuintes, pois o Município dispõe de absolutamente todos os endereços? Poderia fazer através da conta do DMAE. Por que não faz publicidade nos jornais de bairro, nas mídias alternativas, o que custaria infinitamente menos e com, talvez, mais eficácia? Não,

pág. 13

é mais R\$ 1,7 milhão para ser distribuído entre quatro ou cinco grandes órgãos de Comunicação, enquanto a Cidade tem carência de obras, carência de investimentos, carência de vias estruturantes e fundamentais. E quero citar essa do Porto Seco, onde as pessoas, as crianças, os estudantes, os trabalhadores, sequer conseguem atravessar a via, dado o fluxo, dada a quantidade de veículo, dado o movimento e risco que correm se forem fazer a travessia.

Portanto, não tem meu apoio, não terá o meu voto, e, mais uma vez, eu sou obrigado a denunciar que recursos para a publicidade são preferidos, e obras, investimentos, saúde e outras necessidades básicas, principais não acontecem na cidade de Porto Alegre.

Este Projeto chegou aqui na última quarta-feira, e queria o Vice-Líder do Governo, Ver. Sebastião Melo, apresentar, votar, fazer pauta e também

m a decisão, tudo no mesmo dia. Nós não podemos aceitar esse tipo de coisa, porque o atropelo não é recomendável e muito menos o mérito é digno de receber o nosso apoio.

Portanto, somos contra... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLE nº 046/12.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Vereadores, Vereadoras, eu fico, na verdade, muito preocupada com o descaso com que o dinheiro público é tratado, a começar pelas denúncias trazidas pelo Ver. Pedro Ruas, a esta Câmara Municipal, que foram veiculadas pela imprensa, a partir de uma investigação da Polícia Federal, da Receita, em que R\$ 11 milhões para pagar a questão previdência dos funcionários do Sollus foi fraudada pela mesma Sollus, que, na verdade, poderia se chamar quadrilha Sollus; afinal, aplicou o mesmo golpe com o aval, certamente, de pessoas de dentro da Administração Pública, porque não existe corrupção unilateral, em mais de 40 Municípios – o Ver. Pedro Ruas trouxe o tema de Lorena.

E o silêncio da base do Governo é, de fato, assustador! Nós estamos falando, Ver. Idenir Cecchim, de R\$ 20 milhões roubados dos porto-alegrenses: R\$ 20 milhões que não estavam para contratar médicos que faltam nos postos de saúde dos bairros, que faltam para melhorar as Equipes de Saúde da Família; R\$ 20 milhões que faltam para os

hospitais municipais. São R\$ 20 milhões, só o que foi roubado pelo Sollus, sem contar os R\$ 11 milhões pelos quais, em última análise, a Prefeitura é corresponsável com os direitos previdenciários daqueles que trabalharam e tiveram a guia fraudada pelo Sollus. Onde foram parar esses R\$ 11 milhões?

E eu venho discutir este Projeto, porque nós estamos, de projeto em projeto, debatendo milhões de reais.

O Ver. Carlos Todeschini fez uma boa retrospectiva sobre a questão das verbas publicitárias. Foi a única rubrica do Orçamento que foi executada na sua totalidade! Dos investimentos, do dinheiro orçado em obras, nem 50% das obras foram executadas até dezembro de 2012.

As verbas da Saúde não foram executadas na sua totalidade, a previsão orçamentária de todas as Secretarias não foi executada, porque sempre é contingenciado. Mas o dinheiro da publicidade, em ano eleitoral, faltou!

Agora, em dezembro, é necessário suplementar mais de R\$ 1,7 milhão, e o argumento é de que é necessário informar à população sobre o IPTU! Nós também achamos que é necessário informar a população sobre os prazos do IPTU; aliás, Ver. Bernardino, prazos que deveriam ser maiores, conforme o Projeto de V. Exa., e que estouram no primeiro dia útil do ano de 2013.

Mas, independente dos prazos, o problema é que o Governo gastou o dinheiro publicitário fazendo propaganda antes da eleição! Foram gastos recordes! Foram mais de R\$ 12 milhões, e agora querem suplementar. Mais de R\$ 15 milhões – corrige-me o Ver. Todeschini –, mais de R\$ 15 milhões gastos em publicidade! É muita falta de vergonha na cara! E agora dizem que falta dinheiro para a publicidade do IPTU, porque eles torraram o dinheiro da publicidade antes da eleição, fazendo, muitas vezes, propaganda, tentando usar, inclusive, o dinheiro público para se beneficiar dos louros da Administração Municipal. Muitas vezes, os programas não têm nada a ver com a realidade. Nos programas de televisão, inclusive, não faltam médicos nos postos, não faltam dentistas nos postos, não faltam professores de Geografia e Matemática na rede, não faltam assistentes sociais, não falta nada. Porto Alegre está as mil maravilhas! “Melhorou, vai melhorar”.

Passada a eleição, os projetos que nós recebemos são: aumento de verba para a publicidade, porque eles gastaram R\$ 15 milhões em publicidade antes da eleição, e reforma administrativa, que impacta em R\$ 8 milhões os recursos do Município.

Eles gastam R\$ 100 milhões para o pagamento dos CCs, agora querem gastar R\$ 108 milhões. E ainda dizem, como escreveu o Prefeito José Fortunati na imprensa, que isso tem um impacto mínimo, que isso não custa quase nada ao erário, é 0,41% do Orçamento.

Eu quero que ele explique, nas filas dos postos de saúde, por que sobra dinheiro para os CCs e falta para ter concurso público para médico e falta para valorizar os profissionais da Saúde. Eu quero que eles expliquem por que não querem investigar R\$ 20 milhões roubados da Saúde pública – R\$ 20 milhões – e querem aumentar a verba de publicidade e querem aumentar verba de CC. É muita falta de vergonha na cara e, infelizmente, o povo de Porto Alegre precisa saber disso. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLE nº 046/12.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, em Pauta o Pedido de Suplementação do Governo Municipal, de R\$ 1,7 milhão para a campanha publicitária.

Vejamos o Orçamento deste ano: os registros que temos, Ver. Todeschini, são de R\$ 14.986.000,00 gastos em publicidade em 2012. Foram R\$ 15 milhões gastos em publicidade em 2012 – R\$ 15 milhões gastos em publicidade em 2012; aliás, até outubro de 2012, mais precisamente. Portanto, já deve haver mais recursos utilizados, empenhados ou já desembolsados nos meses de novembro e dezembro.

A cidade de Porto Alegre não foi comedida nos gastos com publicidade: o Gabinete do Prefeito gastou R\$ 1.852.000,00 em publicidade; a Secretaria Municipal de Gestão e Acompanhamento Estratégico, SMGAE, gastou quase R\$ 2 milhões em publicidade; Ver. Pedro Ruas, a Secretaria Municipal da Saúde gastou R\$ 2.180.000,00 em publicidade já, em 2012; a Secretaria da Fazenda – em tese, esse R\$ 1,7 milhão seria para a Secretaria da Fazenda, Ver. João Antonio Dib – já gastou R\$ 1.447.000,00 em publicidade. Estou

tentando lembrar em que a Fazenda gastou, talvez em editais públicos, mas tudo isso? Em publicidade, a Fazenda já utilizou, no ano de 2012, R\$ 1,5 milhão; a Secretaria Municipal da Administração, R\$ 1.112.000,00 em publicidade – está bem, Ver. Idenir Cecchim? Vamos ver a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio – SMIC: R\$ 105 mil – a SMIC é a prima pobre, só R\$ 105 mil em publicidade. Eu li as mais generosas com a publicidade. Opa! O DMAE, em que temos bastantes dificuldades para que ele consiga expandir a sua rede. Agora, com muito custo, vai começar a obra na Comunidade Hospital, uma comunidade muito pobre, muito carente, com dificuldade de acesso à água. O DMAE gastou R\$ 1.145.000,00 em publicidade no ano de 2012, Ver. DJ Cassiá. Depois tem outras Secretarias, e vou procurar a Secretaria da Cultura – sempre com pouquíssimos recursos –, com R\$ 177 mil em publicidade, certamente para divulgar as peças de teatro, as oportunidades de acesso à Cultura. Bastante modesto em relação à Secretaria da Fazenda, que não tem explicação para ter gastado R\$ 1,5 milhão em publicidade. Não temos os dados ainda, não são informados os dados da Carris, da EPTC e da Procempa. E nós sabemos que a Procempa é extremamente generosa; a Carris está com problemas seriíssimos mas certamente gastou em publicidade. E a nossa querida EPTC, essa talvez tenha os gastos mais justos, prezado Cappellari, porque precisa muito do trabalho de conscientização, de orientação e divulgação para que se tenha menos acidentes de trânsito.

Ver. Todeschini, V. Exa. falou das necessidades; eu falei dos gastos já realizados. Não há como apoiar mais R\$ 1,7 milhão para a publicidade, na cidade de Porto Alegre, diante de gastos tão generosos e tão inexplicáveis, e diante de tantas necessidades da população de Porto Alegre. O Prefeito quer R\$ 1,7 milhão para mais publicidade. Não levará!
(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para discutir o PLE nº 046/12.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu gosto de ouvir os debates aqui. Houve um tempo em que eu cuidava muito das coisas que aconteciam com a execução orçamentária. Um dia vi o PT fazer uma emenda de 13.206% em cima da verba de publicidade do Gabinete do Prefeito. Agora, essa verba do

Prefeito é absolutamente correta. Ele diz para o que é: é uma verba para publicação oficial, não é para a publicidade. A rubrica é publicidade, mas é publicação oficial das necessidades que a Prefeitura tem de arrecadar mais, no mês de dezembro, com o IPTU. Saúde e PAZ!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLE nº 046/12.

O SR. PEDRO RUAS: Ver. Mauro Zacher, Vereadoras, Vereadores, público que nos assiste, nós estamos em cima de um debate da maior seriedade, e acho que a Câmara tem conduzido o tema corretamente do ponto de vista da seriedade, tanto que ficou para o dia de hoje essa votação, e não quando, antes, de forma açodada, se pretendia votar a matéria. Mas não é possível que nós tenhamos tantas e tantas carências na Cidade e vá se aumentar em R\$ 1,7 milhão a verba da publicidade e propaganda. Eu vi, acho que estava aqui hoje, o Prof. Edgar, Secretário de Esportes da Prefeitura. Eu já disse aqui nesta tribuna e repito: eu lembro, Ver.^a Fernanda Melchionna, do período em que o professor Edgar andava desesperado – acho que no verão deste ano, 2012 – atrás de verba para o cloro das piscinas públicas. Eram R\$ 18 mil ou R\$ 19 mil, e não havia. E não havia!

Então nós temos R\$ 1,7 milhão para destinar para a publicidade e propaganda? É óbvio, é óbvio que tem que votar contra! Eu não acho pouca coisa já ter gasto R\$ 15 milhões, mas acho que o Governo, entre as suas obrigações, tem a de fazer uma previsão adequada – e aí temos o Plano Plurianual, temos a LDO, temos o Orçamento –, ainda mais numa área – entre aspas – supérflua, como é o caso de publicidade e propaganda, e, se não der certo a verba, não pode suplementar. Nós não estamos aqui discutindo R\$ 1,7 milhão para a compra de medicamentos, de antibióticos, para a abertura de novos leitos hospitalares. Isso seria pacífico aqui. O debate de R\$ 1,7 milhão existe porque é para publicidade e propaganda, e é só por isso que existe o debate. Não é uma questão – Ver.^a Sofia Cavedon, V. Exa. colocou muito corretamente – de uns dados de cada Secretaria. Não é uma questão qualquer: é R\$ 1,7 milhão, quando, por R\$ 18 mil, R\$ 19 mil, haveria mais piscinas públicas, com mais cloro; com R\$ 75 mil, haveria diferença na

Segurança! Então, é uma verba elevada para uma rubrica, com todo o respeito, no mínimo discutível. No mínimo discutível! Publicidade e propaganda, a essa altura, quando haveria outras maneiras de fazer! E eu não vejo como se gasta R\$ 1,7 milhão! Francamente, não vejo. Sei que os argumentos são sérios, o Ver. João Antonio Dib coloca argumentos consistentes, e é um Vereador sério e o seu tema também, mas eu respeitosamente divirjo, porque penso diferente, Ver. Carlos Todeschini. Vejam bem, repito: nós temos o Plano Plurianual, temos a LDO, temos o Orçamento, e vai suplementar nessa área?! Não é uma questão de focos infecciosos, não são leitos hospitalares, não são remédios, não é a saúde bucal, Vereador. O que nós temos aqui, Ver. Manfro, é uma situação de quase R\$ 2 milhões a serem reutilizados, porque já foram R\$ 15 milhões em publicidade e propaganda. Do nosso ponto de vista, não há como votar favoravelmente a este Projeto, e, se ele passar, que fique com a marca da nossa rejeição. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Em votação o PLE nº 046/12. (Pausa.) O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 046/12.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores, numa manifestação bastante rápida, vou repetir aquilo que falei na última Sessão que tivemos na quarta-feira passada: voto favoravelmente ao Projeto em razão do que ele se dispõe, que é dar publicidade às ações da Fazenda Municipal. Eu tenho uma história de mais de 35 anos atuando na Fazenda, e as senhoras e os senhores sabem disso.

É importante que se divulgue aquilo que, a partir da Fazenda, traz benefícios ao cidadão e à cidadã contribuinte de Porto Alegre. Vamos agora fazer uma campanha para a antecipação do IPTU, vou votar favoravelmente e peço às senhoras e aos senhores que votem favoravelmente também à Emenda que eu apresentei. Em 1990, a Câmara aprovou, e é lei, uma proposta de minha autoria que isenta de IPTU aposentados e pensionistas com até três salários mínimos de renda mensal. Estive na Câmara até 1996, 12 anos depois voltei, decorreram-se mais quatro anos, e ainda hoje, Ver. Todeschini, uma parcela bastante grande de inativos – aposentados e pensionistas – está pagando IPTU porque não sabe da existência dessa lei que viabiliza a eles o não pagamento desse

imposto. Qual é a razão disso? A razão disso é que – nós sabemos como funciona a contribuição previdenciária brasileira e quais são os reajustes que tem o inativo, sendo pensionista ou aposentado – o inativo perde, inquestionavelmente, poder aquisitivo ano após ano, Ver. Elias, porque o reajuste do rendimento da inatividade é muito menor do que aquilo que efetivamente se reajusta a outras categorias, e isso vai enfraquecendo o poder financeiro de pessoas mais idosas. Por isso, a nossa proposta é que o Executivo divulgue também a viabilidade que tem, repito, o cidadão ou a cidadã de Porto Alegre ir buscar a isenção do imposto, porque a isenção do imposto só é alcançada quando o contribuinte vai à Fazenda e requer a isenção; se não a requerer, ele não tem. Portanto uma mensagem desta natureza é totalmente positiva para o cidadão e a cidadã de Porto Alegre. Por isso, Cecchim, voto favoravelmente e peço que todos votem neste sentido a Emenda também. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 046/12.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu fico aqui escutando e assistindo aos nobres Vereadores da oposição, particularmente do PT, porque o PSOL não faz parte do Governo Federal, não é Ver.^a Fernanda? Não faz parte, não é? Pois é, como é que o PT vai discutir essa matéria de R\$ 1,7 milhão, se eles pagam quase R\$ 2 milhões para a Veja – isso que é uma revista que o Ver. Todeschini não gosta, não lê – de propaganda! Não se sustenta isso, Ver.^a Sofia Cavedon. É melhor a gente não discutir. Eu vou fazer o seguinte: vou mostrar aqui, mas não vou discutir porque acho que esse argumento não passa. Não passa! O Governo Federal faz, e eu não vou nem reclamar e nem discutir se está certo ou se está errado; só estou mostrando aqui página dupla da Veja (Mostra Revista.), que faz muita propaganda do Governo Federal. Então, nós estamos fazendo um projeto aqui para esclarecer o nosso contribuinte, para que ele possa usufruir o desconto. O Ver. Dr. Goulart está me mostrando aqui uma outra página com propaganda. A gente não discute porque isso deve ser feito quando ela é bem intencionada, para que os nossos contribuintes possam ter

esse desconto. Acho que não precisamos mais falar. Deixo os três minutos que me restam para que todos possam refletir. Tenho certeza de que o projeto será aprovado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Carlos Todeschini está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 046/12.

O SR. CARLOS TODESCHINI: De novo o problema é que nós vivemos num mundo público de muitas carências, de muitas necessidades, Ver.^a Sofia. É a entrada do Porto Seco que não acontece; são as obras que não recebem manutenção, as creches que têm os recursos reduzidos, e quantas outras coisas! A Segurança, por exemplo, recebeu R\$ 75 mil para as ações integradas para todo o ano, porque o alegado foi que não há recursos. Há disponibilidade reduzida de recursos para várias áreas, mas há uma celeridade extraordinária em propor uma conta de R\$ 1,7 milhão para a publicidade da campanha de pagamento antecipado do IPTU, agora, nos últimos 15 dias do ano, nos últimos 15 dias do mês de dezembro, ou talvez nos últimos 10 dias.

Há poucos dias, o Ver. Adeli Sell fazia uma provocação muito lúcida: “Desafio o Governo a fazer uma campanha sem custo nos jornais de bairro”, na mídia alternativa. Assim como nós poderíamos utilizar os endereços que a Prefeitura dispõe, os endereços que cadastram todos os imóveis pela Fazenda, pelo DMAE, pelo DEMHAB e por todos os órgãos de cadastro da Prefeitura. O DMAE chega em todas as casas, todos os meses, e por que não é feita uma cartinha de lembrança a baixo custo? Não, mas foram gastas verbas publicitárias antes da eleição, e agora está faltando dinheiro para a publicidade.

Então, eu não tenho dúvida de que votarei contrário, porque diante de tantas carências e diante de tantas necessidades o Governo pede mais R\$ 1,7 milhão. Já teve R\$ 15 milhões no ano e pede um aumento de praticamente mais 12% para uma única campanha publicitária dos últimos poucos dias. Enquanto isso faltam recursos até para as piscinas, como muito bem lembrou o Ver. Pedro Ruas. Faltam recursos para a Saúde, Ver. Pedro Ruas, faltam médicos, vias, conservação. O DMAE mesmo não é capaz de consertar as tubulações e está lançando todo o esgoto dentro da represa da Lomba do Sabão. Quantas coisas desse tipo nós temos que engolir aqui!

Eu vou fazer aqui uma diferença: na época da Frente Popular não havia esse tipo de abuso; havia, sim, publicidade estritamente oficial, mas gasto descontrolado para autopromoção não existia. Existia publicidade oficial, de interesse público; agora, propaganda eleitoral paga com o dinheiro público é outra coisa. É isso que nós estamos vendo.

Senhoras e senhores, vejam quanto dinheiro para a Segurança pública em Porto Alegre para o ano que vem: R\$ 75 mil para toda a Cidade; para gasto em campanha publicitária, de última hora, R\$ 1,7 milhão. É por isso que em Porto Alegre cresce a criminalidade, os homicídios, o tráfico e a falta de perspectiva da juventude. Como nós pudemos assistir ontem à noite no programa Teledomingo, vergonhosa omissão da Prefeitura em cuidar da Cidade, em cuidar do público, mas a gastança à toa continua descontrolada. Obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Bernardino Vendruscolo está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 046/12.

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, agora, no primeiro dia útil de janeiro, quando chegar a oportunidade para usufruir o desconto dos 20% do IPTU, muitos contribuintes lembrarão desta Casa, com certeza absoluta. Eu gostaria de pedir a compreensão das Sras. Vereadoras e dos Srs. Vereadores para que fiquem atentos à dificuldade que as pessoas terão de usufruir o desconto dos 20%. Primeiro, porque nós estaremos voltando de um feriadão; segundo, porque as lotéricas têm limitações para receber valores. Além disso, muitas pessoas ainda, naquele dia, não terão recebido o seu salário ou aposentadoria, por isso, nós vamos seguir lutando. No primeiro dia útil de janeiro, nós vamos protocolar, pela quarta vez, o Projeto que busca mudar esse vencimento. As justificativas que têm aparecido até hoje são inconsistentes, mas se fossem, ainda teríamos a questão do compromisso maior de oportunizar a todas as pessoas condições iguais, principalmente aos aposentados e pensionistas.

O Ver. Airto Ferronato veio a esta tribuna e falou da sua Emenda – a qual vamos aprovar, evidentemente, votar nesse sentido – que trata de divulgar quem está isento do pagamento do IPTU. Vou aproveitar para complementar as suas informações, Ver.

Ferronato, se assim me permitir. Estão isentos do pagamento do IPTU aposentados e pensionistas que recebam até três salários mínimos, que tenham um único imóvel, avaliado até 60 mil UFM's – hoje na ordem de R\$ 170 mil. Aquela pessoa que tenha um imóvel com valor de até R\$ 176 mil está isenta. Se a pessoa tiver um imóvel com valor maior, pagará a diferença, enquadrando-se dentro das limitações.

O Ver. Dr. Thiago Duarte me tira a atenção aqui, vou ter que fazer o registro: o João Derly, nosso futuro colega, encontra-se na Casa. Eu vejo que o Ver. Dr. Thiago Duarte, com certeza, já conseguiu seu apoio para a presidência da Casa, então, ele me tira a atenção aqui. Mas tudo bem, Ver. Dr. Thiago Duarte, eu também votarei em V. Exa. Seja bem-vindo a esta Casa, Ver. João Derly.

Retomando, o contribuinte tem que ter uma renda familiar de até três salários mínimos, ser aposentado ou pensionista, ter um único imóvel com avaliação de até R\$ 176 mil ou 60 mil UFM's. Se o valor ultrapassar, paga a diferença, Ver. Ferronato. Essa prática é um aprimoramento na legislação que foi feita há dois anos. Então, quem se enquadra nessas condições, qual seja, em que o imóvel receba uma avaliação além dos R\$ 176 mil, ou 60 mil Unidades Financeiras Municipais, paga somente a diferença.

Nós vamos votar, ao que tudo indica, a Bancada do PSD, pelo menos até o presente momento, votará favoravelmente; sabe-se que o Plenário é muito dinâmico, mas há uma tendência deste Vereador, em particular, votar favoravelmente ao Projeto do Executivo.

Agora, no primeiro dia útil, nós estaremos aqui, tentando mudar o vencimento para quem vai pagar o IPTU com desconto. Pagar IPTU, ou aceitar um tributo com desconto no primeiro dia útil de janeiro, Ver. Dib, é brabo!

(Não revisado pelo orador.)

O Sr. Sebastião Melo (Questão de Ordem): Em atenção ao Ver. Ferronato, eu acho que a Emenda dele tem um mérito enorme, todavia, ela impõe condições executivas, e isso é vedado pela Lei Orgânica. Então, eu quero aqui, Ver. Ferronato, assumir com V. Exa. que nós possamos, na publicidade, colocar o mérito dessa matéria. Agora não tem como aceitar a Emenda, porque senão vai ter que vetar, voltar para esta Casa, e aí tem prejuízo do ponto de vista do uso do dinheiro. Então, eu queria aceitar o mérito da matéria, mas não tem como aceitar a Emenda.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Fernanda Melchionna, a Emenda nº 01 ao PLE nº 046/12. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 8 votos **SIM**; 21 votos **NÃO**.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Fernanda Melchionna, o PLE nº 046/12. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 22 votos **SIM**; 7 votos **NÃO**.

Apregoo a Emenda nº 01, de autoria dos Vereadores Bernardino Vendruscolo e Tarciso Flecha Negra, ao PLE nº 038/12.

Apregoo a Emenda nº 02, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, ao PLE nº 038/12.

Em discussão o PLL nº 035/11. (Pausa.) O Ver. Elias Vidal está com a palavra para discutir o PLL nº 035/11.

O SR. ELIAS VIDAL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, venho a esta tribuna para falar sobre o Projeto de autoria deste Vereador, que entendemos ser extremamente importante no que tange à área da Saúde.

O Projeto que coloco em discussão para votação norteia a questão das torneiras públicas dos restaurantes, *shopping*, banheiros públicos, ou seja, em lugares onde há acesso de muitas pessoas. Hoje temos o conhecimento claro de que muitas doenças são transmitidas pelo manuseio de objetos, pelo contato pelas mãos. Nós temos aqui alguns médicos, dentre eles o Ver. Dr. Goulart, que é um excelente médico, os quais são sabedores que muitas doenças, muitas mortes, muitos óbitos são evitáveis com a simples higienização das mãos. E este Vereador, assim como os senhores e as pessoas que nos escutam, sabemos que, ao entrar em alguns locais, como banheiros públicos, existem milhões de partículas, bactérias, fezes, muitas doenças como o HPV, que é o vírus papiloma humano – que se instala na área da ginecologia, podendo desenvolver muitos tipos de câncer de colo –, enfim muitas enfermidades, como hepatite, diarreia. Então, essas torneiras não mecanizadas, mas com sensor, Ver. Braz, vão facilitar duas coisas importantes: a economia da água, que entendo ser a menos importante, apesar da importância da água para a vida; e evita que uma pessoa possa contrair uma patologia, contrair uma doença, Ver. Garcia, e vir a falecer, vir a óbito. Então, com relação a este Projeto que eu coloco, eu gostaria de contar com o apoio dos senhores. Porque as pessoas, quando entram, Ver. Bernardino, num banheiro público e lavam as mãos, muitas vezes elas não querem fechar a torneira. Elas saem e deixam a torneira aberta porque

não querem contaminar as mãos ao fechar a torneira de forma mecânica, pois pode haver ali resíduos de fezes, bactérias, partículas que podem levá-las a uma doença, a uma patologia. E V. Exa. também sabe disso, como médico, Ver. Dr. Thiago, um excelente médico que trabalha também nessa área da prevenção de enfermidades. Venho a esta tribuna falar aos meus colegas Vereadores porque estaremos protegendo a sociedade com um Projeto aparentemente simples, mas que pode conter e barrar muitas enfermidades, muitas doenças, protegendo as suas famílias, as nossas famílias, as famílias da sociedade. Conto com o apoio dos senhores no sentido de que este Projeto seja aprovado, para que nós tenhamos melhor qualidade de vida, economizando inclusive nos tratamentos em hospitais, um dinheiro público que pode ser canalizado para outras patologias que não sejam controláveis; neste caso são patologias que podem ser evitadas com a simples mudança de uma torneira mecanizada para uma torneira com sensor. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Fernanda Melchionna assume a presidência dos trabalhos.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para discutir o PLL nº 035/11.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sra. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, o Vereador Elias Vidal, na sua proposição, se alicerça no artigo 196 da Constituição Federal que diz que a saúde é direito de todos e dever do Estado. Já, Cícero, cem anos antes de Cristo, político e orador, dizia que: “Mais direitos: mais injustiças.” E hoje é o Dia dos Direitos Humanos, da Carta Universal dos Direitos Humanos, mas eu prefiro dizer a “carta americana dos deveres do homem” e não dos direitos do homem, porque ninguém respeita os direitos.

Já na Comissão de Finanças eu havia votado, com restrição, o Parecer do Vereador Mauro Pinheiro, até porque o Projeto de Lei do Vereador Elias Vidal não está muito completo. Ele fala em notificação, multa e suspensão do Alvará de Licenciamento. Eu posso fazer tudo isso no mesmo dia, não estou dando prazo, então já não funciona a lei proposta pelo Vereador. A preocupação dele com a saúde é verdadeira, mas hoje a

preocupação é também com o consumo de água, e essa torneira que desliga automaticamente, paulatinamente vai sendo instalada em todas as entidades que atendem ao público. Ainda sábado pela manhã eu vi esse tipo de torneira no supermercado. Acho que não há por que legislar e de forma incompleta, porque não diz quando é aplicada a multa, quando é feita a notificação, depois de quanto tempo é dada a multa e depois de quanto tempo é cassada a licença. Voto contrariamente. Saúde e PAZ!
(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Em votação o PLL nº 035/11. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** com a contrariedade do Ver. João Antonio Dib e do Ver. Professor Garcia.

O SR. TONI PROENÇA (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a retirada de priorização do PLL nº 093/12, de minha autoria, no dia de hoje, passando para a priorização de votação da próxima quarta-feira, dia 12 de dezembro de 2012.

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Toni Proença. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O SR. ADELI SELL (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a retirada de priorização do PLL nº 100/12, de minha autoria, no dia de hoje, passando para a priorização de votação da próxima quarta-feira, dia 12 de dezembro de 2012.

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Adeli Sell. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLE nº 038/12. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLE nº 038/12.

O SR. ADELI SELL: Ver.^a Fernanda Melchionna, colegas Vereadoras e Vereadores, na minha opinião, este Projeto é desnecessário porque, no ano de 2000, nós aprovamos

uma lei já dando incentivos e colocando que esses prédios podem ter uso misto: residencial e comercial. Então, eu não entendi isso, e até agora ninguém conseguiu me explicar por que veio um projeto com o mesmo teor. Na verdade, o que o Governo deveria fazer, Ver. João Dib, seria se utilizar o Estatuto da Cidade para desapropriar esses espaços, depositar R\$ 1,00 na conta de quem não cumpriu com essa legislação e tomar a iniciativa de fazer um par ou outro processo com a Caixa Econômica Federal. Sinceramente, eu não consigo entender isso, e eu pergunto o seguinte: quem dos senhores e das senhoras consegue explicar que é necessário um projeto de lei quando já tem uma lei claríssima do ano de 2000? Eu já discuti este tema na CUTHAB, já discuti com Procuradores do Município, e como diria o nosso douto Procurador, aqui, Ver. Elói Guimarães: este tema é completamente despiciendo. No popular: não é necessário. Isso não é necessário! Pelo contrário, eu queria incentivar o atual Governo a ter a ousadia de fazer aquilo que este Governo e os outros Governos já deveriam ter feito: desapropriar. Aquele esqueleto que existe no Centro, que começou em 1965, inconcluso até hoje, era, na verdade, o QG do crime em Porto Alegre. Eu posso dizer que 27 caminhões da SMOV, em 2003, em uma madrugada, foram carregados de quinquilharias, de pirataria, de porcaria, e vocês não podem imaginar o que era aquilo. Vocês podem imaginar, sim; o Cecchim passou pela SMIC e sabe disso. Eu encontrei lá dentro alguns carrinhos de vendedores de lanches. Para as senhoras e os senhores terem uma ideia, é preciso voltar à imprensa daquela época que fez uma grande notícia sobre isso. Nós estávamos lá. Nós mostramos que aquele prédio era utilizado, e parte dele continua sendo utilizado para fazer falcatrua. Quem está sendo prejudicado? Os comerciantes que compraram a parte térrea, alguns deles históricos, são pessoas que ajudaram a fazer a história recente de Porto Alegre, alguns que colaboraram enormemente. E por causa desta questão, as suas lojas, os seus equipamentos estão sendo prejudicados.

Eu, se não for comprovado por algum membro do Governo, que me provar por A + B que é necessário fazer um novo Projeto de Lei, vou votar contra, porque não vai mudar absolutamente nada, a Lei já existe. Eu lembro que não é só o esqueleto: é o edifício da Rua General Vitorino esquina com a Rua Vigário José Inácio, que está praticamente pronto; o prédio que abrigou por muito tempo o nosso Teatro Leopoldina, na gloriosa Avenida Independência. Tem Lei; eu lembro, eu votei, eu defendi, fiz movimentos para

que votássemos aquela Lei, porque seria importante. Passaram-se cinco anos; em 2005, concluiu; nós estamos em 2012, e não fizeram o dever de casa.

Portanto, utilizemos o Estatuto da Cidade, vamos intervir, vamos fazer um depósito judicial simbólico, e aí nós vamos ver – como também se diz no popular – “onde a porca torce o rabo”, porque, se não fizer isso com alguns, aqui em Porto Alegre, vão continuar fazendo as falcatruas, as negociatas, empurrando para frente, etc. e tal.

Eu, inclusive, acho que – não concordando com tudo, evidentemente, mas com parte significativa da reforma que o Governo está apresentando, algumas, inclusive, importantes – nós teremos mais transparência.

E agora com o *site*, com o Portal Transparência, com o acesso à informação, eu creio que, no ano que vem, mesmo não sendo Vereador, eu vou poder acompanhar de perto essa questão e trabalhar para que possamos fazer um movimento.

Inclusive, quero dizer aqui que, em janeiro – convido os colegas Vereadores que quiserem se somar –, nós, moradores do Centro – eu sou um deles –, vamos fazer um movimento, como foi feito o Viva Rio, o Viva o Centro, de São Paulo; nós faremos uma espécie de Centro Mais: Centro mais limpo, Centro mais seguro, Centro mais bonito, Centro tudo, porque é o bairro de todos nós! Para o Centro Histórico confluem muitos interesses da Cidade, e, sem dúvida nenhuma, cada pessoa que mora em qualquer bairro da Cidade, sente o Centro como o seu bairro, até pela configuração histórica de Porto Alegre.

Portanto, anuncio, aqui, Ver. Cecchim, e a todos os outros colegas que me ouvem atentamente, que faremos esse movimento; aceitamos as inscrições, e marcaremos a data para criar o Movimento Centro Mais. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Ver. Adeli.

Aprego o Requerimento de autoria do Ver. João Antonio Dib, Líder do Governo, solicitando a retirada do art. 81 do PLE nº 038/12.

Aprego a retirada do art. 81 do PLE nº 038/12; ele não será votado agora. Em função disso, estão canceladas as inscrições dos Vereadores Dr. Goulart e Bernardino Vendruscolo, que iriam discutir a matéria.

O SR. DR. GOULART: Quero que seja incorporado como informação: nós solicitamos ao DEMHAB que o setor de Habitação da UAMPA começasse a fazer o levantamento dos prédios inacabados. Já deflagramos isso. Então, acho que temos que esperar mais um pouco, mesmo.

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Obrigada, Ver. Goulart. Fica registrado que está sendo feito um estudo sobre a situação dos prédios inacabados, que foi solicitado ao DEMHAB, e que nós, também, aguardamos o resultado da pesquisa.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Nelcir Tessaro, solicitando o adiamento da discussão e votação do PELO nº 001/12 por uma Sessão. Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLCL nº 006/10. (Pausa.) O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir o PLCL nº 006/10.

O SR. ADELI SELL: Sra. Presidente, Ver.^a Fernanda Melchionna, talvez fosse o caso de o autor da proposta, Ver. Thiago Duarte, explicar exatamente qual é o seu intuito, mas, como eu li o Projeto, como tem a aprovação geral das Comissões e conheço a Região, parece-me que na Região Norte, Ver. Mauro Pinheiro, dever-se-ia incentivar muito mais a questão das ciclovias, porque há muitas pessoas, Ver. Idenir Cecchim, que também conhecem a Região, e que se utilizam da bicicleta. Nós temos ali uma Região em que, na maioria dos lugares, não há nem acostamento; então, torna-se tremendamente perigoso, além de aquela região da Av. Ecoville ter saída para todos os cantos da Cidade, inclusive para o Centro e para a Av. Assis Brasil. Portanto, parece-me que é benéfico para todos nós trabalharmos essa idéia da ciclovia naquela Região da Cidade, mas, como o Ver. Thiago Duarte voltou ao plenário, quem sabe ele nos dá uma explicação mais contundente e bojuda. Eu, inicialmente, vou apoiar o projeto.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. BERNARDINO VENDRUSCOLO: Eu acabo de receber aqui um dossiê dos moradores da Rua Duque de Caxias e eu quero passar ao Ver. João Antonio Dib, para seguir como orientação ao Projeto do Executivo, cuja votação foi adiada, conforme solicitação do Vereador. Eu gostaria de passar a ele o que recebi dos moradores.

(O Ver. Bernardino Vendruscolo faz a entrega do documento ao Ver. João Antonio Dib.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Está feito o registro, Ver. Bernardino. Seria correto anexar ao Projeto também, para que os outros Vereadores tomem conhecimento da posição dos moradores da Rua Duque de Caxias.

O Ver. Thiago Duarte está com a palavra para discutir o PLCL nº 006/10.

O SR. DR. THIAGO DUARTE: Minha cara Ver.^a Fernanda, na Presidência, eu subo a esta tribuna só para fazer um registro. Este Projeto nos foi trazido pela comunidade lá da Avenida Ecoville, está à disposição, todos podem olhar no *site*, inclusive. É uma avenida de mão dupla, então nós não teríamos nenhuma interferência maior no trânsito, que é uma demanda daquela comunidade. Tecnicamente não me parece que haja qualquer problema de se colocar essa avenida no Plano Cicloviário até com o intuito de estimular mais ainda aquela comunidade a usar a bicicleta, Ver. Beto Moesch. Quanto mais nós tivermos exemplos como esse no Plano Cicloviário, exemplos que não exigem muito recurso, que não oneram muito o setor público, mais estímulos, de forma consistente, daremos às comunidades. Eu acho que o nosso Plano Cicloviário vai, ao longo desse processo, ganhando cada vez mais corpo. É nesse sentido que a gente fez este Projeto que, reitero, não foi constituído dentro do nosso gabinete, e, sim, é uma demanda daquela comunidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): O Ver. João Antonio Dib está com a palavra para discutir o PLCL nº 006/10.

O SR. JOÃO ANTONIO DIB: Sra. Presidente, Ver.^a Fernanda Melchionna; o Plano Diretor Cicloviário Integrado de Porto Alegre, que foi uma proposta do ex-Secretário Senna – não lembro agora o primeiro nome dele e não faço questão de lembrar –, que quando votado, o Projeto teve apenas dois votos contrários, o resto dos Vereadores aprovou. Eu fui um dos que foi contrário, e o Ver. Haroldo Joaquim de Souza também votou contrariamente. Aliás, o Ver. Haroldo está de aniversário hoje, e eu não o vi ser

saudado no plenário. Mas, se eu votei contrariamente ao Projeto, eu não posso concordar com a Emenda, porque essa história de “toda a via” – eu disse “toda a via” – deveria ser unida e ficar apenas a expressão “todavia impossível” não no caso da proposta do Ver. Dr. Thiago, mas, sim, por exemplo, no caso da Av. Independência: “todavia impossível”! Portanto, hoje, o meu voto se repete contrariamente não à Emenda, mas ao Projeto. Eu sou diferente de outros Vereadores que votaram Emendas ao Orçamento e, depois, votaram contra a proposta orçamentária. Eu sou diferente: se eu votei “não” antes, eu voto “não” agora. Saúde e PAZ!

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. PRESIDENTE (Fernanda Melchionna): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Adeli Sell, o PLCL nº 006/10. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) 17 votos **SIM**; 1 voto **NÃO**. Declaro nula a votação por falta de quórum deliberativo.

(17h31min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra em Grande Expediente.

O SR. NELCIR TESSARO: Sra. Presidenta, Ver.^a Fernanda Melchionna; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; utilizo este espaço de Grande Expediente para falar um pouco do nosso 4º Distrito, do nosso PIEC e do projeto da Entrada da Cidade. Acho que todos hoje puderam ler e ouvir nos noticiários sobre o evento que aconteceu no sábado no 4º Distrito. Também hoje, no jornal Zero Hora, há uma matéria com o nosso Secretário de Gestão explicando o que acontecerá no 4º Distrito e por que não aconteceram ainda aquelas obras. Eu quero dizer que, em 2005, quando estivemos no DEMHAB, tivemos a prioridade de trabalhar pela construção das unidades habitacionais do PIEC, que são obras necessárias, 2.700 famílias seriam beneficiadas, dentre as quais 1.250 receberiam apenas a regularização de suas próprias moradias. Foram entregues naquele local, até o ano de 2009, 1.350 unidades habitacionais. Hoje eu vi no noticiário que faltam, do castrado realizado, mais 1.300 habitações, que serão construídas no Projeto Entrada da

Cidade. Ali também consta a fala do nosso Secretário de Gestão, comunicando que buscará recursos para a construção dessas unidades habitacionais. Mas a minha preocupação fica, porque ali nós tivemos verbas do Fonplata. São verbas alocadas, onde o Município arcou. Eu lembro muito bem, porque houve uma grande discussão que elevou o valor dos recursos do Município para R\$ 65 milhões, tendo em vista a desvalorização, quando o dólar fechado no contrato com o Fonplata foi a R\$ 3,50, e o valor médio do dólar dos últimos anos, a partir de 2006, estabilizou-se próximo de R\$ 2,00, R\$ 2,50 – com um desembolso, cada vez que fossem executadas as obras, porque o financiamento da Caixa Econômica Federal viria equivalente àquele financiamento.

Há uma grande necessidade de reativar e buscar recursos para complementação, mas o que nós temos que fazer, sim, é utilizar o valor contratado com o Fonplata, para que possamos concluir as obras do Beco X, incluir a Cooperativa Santo Antônio, que ficou fora do PIEC, e há necessidade daquelas 700 famílias serem incluídas; fazer com que as famílias que residem ao longo da Av. A. J. Renner, que hoje está sendo duplicada, possam ter moradias dignas e serem retiradas, no máximo, até mais dois anos, ou seja, em 2014; para que o 4º Distrito possa, com a duplicação da Av. Voluntários da Pátria, ser atendido e termos o eixo viário completo, porque estamos colocando lá um local de eventos, a Arena do Grêmio, e não temos hoje acesso a esse local. Sabemos que existem verbas para que se façam as obras viárias necessárias, que são a abertura de novas ruas ou a duplicação de vias necessárias; mas também temos que pensar que, se não retirarmos as famílias que estão próximas ou no entorno do estádio, ou até próximas ao trevo de Canoas, nós não vamos fazer com que aquelas obras aconteçam.

Também não podemos esquecer que agora, com a instalação da Arena do Grêmio, há a valorização dos imóveis daquelas famílias que ali estão e o interesse de permanecer no local ficou muito maior. Na Av. Padre Leopoldo Brentano, nesse final de semana, todas as casa viraram ponto comercial, e assim estão se transformando, próximas àquele local, áreas que eram residenciais em comerciais, irregulares, o que faz com que o comércio seja aquecido e se torne mais difícil retirar as famílias, e o contraponto seja, no local de destino, dar um local comercial para que continuem o sustento de suas famílias. Eu fico preocupado porque temos a ANAC, o V Comar, a Infraero dizendo que a permanência do Aeroporto Salgado Filho não mais é viável naquele local, ou a sua duplicação, pelo custo operacional. Tivemos ali a Vila Dique, de que ainda restam cerca de 300 famílias a serem

retiradas, que têm que ser retiradas, pelas condições subumanas em que estão residindo naquele local. Não esqueçamos que, logo adiante, teremos 1.300 famílias da Vila Nazaré, que também não foram retiradas, e apenas as obras de infraestrutura estão sendo realizadas lá na Zona Leste de Porto Alegre. Então, somando as 1.300 famílias da Vila Nazaré, as 300 da Vila Dique e mais as 1.300 do PIEC, nós temos 2.900 famílias que estão cadastradas, mas temos que também contemplar as famílias que não estão cadastradas, que estão ao longo da *freeway*, próximo a nossa BR-116. Só naquele local temos aproximadamente 600 famílias, e no Beco X mais 300 famílias, quer dizer, nós temos 900 famílias residindo no PIEC e que não têm cadastro. Para onde irão essas famílias se não temos nenhum projeto habitacional de zero a três salários mínimos em aprovação e nenhuma nova área desapropriada nessa localidade?

Já temos as nossas Ilhas, sobre as quais há o clamor de quem briga pela natureza, pelo meio ambiente, que está sendo degradado dia a dia pela população que trabalha com reciclagem de lixo e que coloca o resíduo do lixo dentro do nosso Guaíba, poluindo-o cada vez mais. E não temos projeto nenhum para dar condições de moradia para aquelas famílias. Então, temos que aproveitar: estamos no final do ano de 2012, e precisamos fazer com que em 2013 o novo Governo – os novos Secretários, a nova composição do Executivo – dê prioridade aos projetos que foram elencados como prioritários em 2009 e que ainda não foram executados. Que possamos, sim, tendo ainda mais dois anos, já que o PAC 2, do Programa Minha Casa, Minha Vida, tem uma programação que se encerra no final do ano de 2014, dar condições de, no mínimo, construirmos dez mil unidades habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida para quem ganha de zero a três salários mínimos em Porto Alegre, que é, justamente, o único Programa que vai fazer com que essas famílias possam ter mais dignidade. As pessoas dizem: “Nós temos que dar prioridade para a Saúde, para a Educação e para a Segurança”. Mas quem não tem uma moradia digna não tem nada: não tem Saúde, não tem Educação e não tem Segurança. Então, vamos começar dando um teto para essas famílias, dando um teto para que elas tenham condições de participar da sociedade, de estarem incluídas em escolas, de estarem incluídas em programas sociais, como o Bolsa Família, porque, se a pessoa não tem endereço, ela não tem como participar desses programas; se ela não tem endereço, ela não tem condições de estar no mercado de trabalho. Nós sabemos que, hoje em dia,

nós temos que ter, no mínimo, um endereço e seu CEP para estarmos cadastrados em todos os programas sociais do Governo Federal, Estadual ou Municipal.

Então, aqui, nós estamos pedindo, justamente, o que sempre fizemos durante este ano: prioridade na Habitação. Nós estamos vendo a nossa Av. Tronco em construção, necessária para que possa fluir o trânsito da Zona Sul, mas mais necessária pelo problema social que há com aquelas 1.540 famílias. É necessária também a remoção urgente, a continuidade do nosso programa habitacional. Nós temos o grande despoluidor do nosso Lago Guaíba, que é fazermos com que as vilas no entorno do Hipódromo do Cristal – as Vilas Icaraí 1 e Icaraí 2 – possam sair do papel e darmos continuidade a isso, pois nós temos ainda mais 1.200 famílias ali aguardando para serem assentadas ou reassentadas. São prioridades que nós entendemos que não podem mais continuar só no Centro da Cidade, como é o caso da Vila que existe dentro da nossa Cidade, na Av. Nilo Peçanha, próxima ao Country Club. Aquela Vila tem 100 famílias que já foram destinadas, em projetos habitacionais, para serem removidas e levadas para o local da nova Vila Dique. Nós também temos que priorizar para que haja um programa centralizado, um programa de gestão para fazermos que essas famílias sejam contempladas. Nós não podemos permitir que a nossa Porto Alegre continue cercada de casas irregulares, desde a nossa entrada da Cidade, na Av. Castelo Branco, ou seja, pelo Aeroporto Salgado Filho, ou pela entrada de Gravataí, de Cachoeirinha, de Viamão, de Alvorada, e, do outro lado da ponte, pela entrada de Guaíba e Eldorado.

Hoje nós estamos cercados por subabitações; são famílias vivendo em condições subumanas que carecem de mais atenção do Poder Público, e nós precisamos fazer que isso aconteça. Muitas dessas unidades habitacionais não saíram do papel justamente pela nossa burocracia.

O Governo hoje está mandando para esta Câmara de Vereadores projetos que já foram discutidos em pautas preliminares – hoje venceu a 2ª Sessão de Pauta – e que poderão, sim, entrar em votação já na próxima semana, com toda a reestrutura da Administração central, criando justamente uma Secretaria de Gestão de Projetos. Nós defendemos a Secretaria de Gestão de Projetos, porque é inadmissível que hoje tenhamos a Cauge e a Caadhap, sendo que, na Caadhap, principalmente, que envolve mais a parte da habitação social, ali são elencadas as Secretarias; são 12 participantes daquela Mesa, em que todas as aprovações de projetos, entrega-se uma cópia para cada um dos participantes,

para cada uma das Secretarias, e levam para dar os seus pareceres. Mas as pessoas, os técnicos que hoje participam daquela Mesa de aprovação de projetos, não têm o poder de aprovar e de decidir, no prazo ali estipulado, a aprovação ou não do projeto. Mas essa central de aprovação de projetos, na forma como está moldada, tem condições, sim, de fazer com que haja uma tramitação mais rápida. Hoje, nós temos aqui um Projeto de minha autoria que justamente permite ser fornecida a DM Eletrônica. Conversei com o Ver. Sebastião Melo, futuro Vice-Prefeito de Porto Alegre, que visitou Curitiba e Rio de Janeiro, e entendeu que há necessidade, sim, de agilização do fornecimento do primeiro passo para se saber o que se pode construir em cima de um terreno, que é a DM. A nossa DM não pode mais permanecer engavetada para ser entregue depois de seis, oito meses, sendo que, em Curitiba, ela é entregue *on-line*, e, em São Paulo e Rio de Janeiro, em até cinco dias por via eletrônica. Nós queremos aqui que ela seja entregue por via eletrônica e estamos estipulando, no nosso Projeto, justamente um prazo de até 30 dias. Nós entendemos que esse Projeto da DM Eletrônica, com essa Secretaria de Gestão, essa mesa de negociação, essa mesa de aprovação e controle de projetos que está para ser aprovado aqui na nossa Câmara de Vereadores, vai, sim, haver condições para a desburocratização, agilizando a aprovação de projetos em Porto Alegre. O próprio Prefeito José Fortunati entendeu que tem que mudar o ritmo da aprovação desses projetos em Porto Alegre. Nesse entendimento temos debatido nos últimos quatro anos, sobre essa burocracia, e o nosso Partido, o PSD, está feliz com a aprovação desse pacote do Governo para que sejam agilizados o controle e a aprovação de projetos habitacionais, que os projetos prioritários tramitem com urgência, e que nessa mesa de aprovação de projetos, estejam pessoas com poderes de decidir pela aprovação ou não dos projetos. Nós temos que fazer com que haja, sim, uma decisão, e não a protelação, estipulando-se um prazo razoável de 60 a 90 dias para aprovação de um projeto habitacional em Porto Alegre. Temos que fazer com que os projetos de interesse do Executivo – os de desenvolvimento municipal, através da construção de habitações sociais – tenham prioridade na sua aprovação, que tenham um selo diferenciado na aprovação, para fazermos com que haja o envolvimento de todos os Secretários do Executivo. Tenho certeza de seremos, sim, atrativos às empresas que constroem essa parte habitacional, porque elas encaminharão um projeto, e as pessoas que adquirirem um imóvel ou firmarem um compromisso com a Caixa Habitacional saberão que as obras

iniciarão em tal período e que esse prazo será cumprido. Principalmente agora, no início do mês de dezembro, em que houve o pacote incentivando a habitação social com a redução de impostos, nós tivemos a redução dos encargos sociais de 20% para 2%, ou seja, 18% de redução de impostos sobre encargos sociais na parte da mão de obra, serviço mais utilizado nas construções e habitações sociais. Nós tivemos um aumento de 4% para 6% na redução dos impostos no pacote único para as empresas debitarem para construções e habitações sociais de até R\$ 99 mil.

Então, nós temos o incentivo do Governo Federal; nós temos o incentivo para o adquirente do imóvel de 3 a 6 salários mínimos, e aquele que tiver uma renda menor que R\$ 2,5 mil, haverá um incentivo de R\$ 25 mil no financiamento do imóvel pelo Governo Federal, pela Caixa Econômica Federal.

Então, nós estamos tendo todos os incentivos, sejam eles federais ou estaduais, e nós precisamos, sim, nesta mesma linha, ter o incentivo municipal. E o incentivo municipal que pregamos é de que, através do DEMHAB, escolham-se dez áreas prioritárias de Porto Alegre, mas de forma regional, onde possamos construir 500 habitações em cada uma dessas regiões, para mantermos as famílias residindo onde hoje elas têm escola e emprego, e não serem encaminhadas, por exemplo, da Zona Norte para a Zona Sul. Nós não podemos permitir que as famílias saiam do Sarandi, indo residir na Restinga, e voltem a trabalhar no Sarandi, pegando duas conduções, com os filhos ficando distantes dos seus colégios, dos seus amigos, dificultando a vida dessas pessoas.

Então, nós queremos conclamar todo o Executivo a fazer com que a habitação social seja prioridade nesse ano de 2013, que se possa fazer com que os projetos sociais saiam do papel, sejam aprovados, acabando com a burocracia em Porto Alegre. Enfim, nós poderemos dar dignidade a tantas e tantas famílias que necessitam de habitações, Ver. Goulart, que esteve no DEMHAB, tantas famílias que clamam por uma melhor atenção, por ter o direito de onde morar e abrigar e criar os seus filhos com dignidade. É isso que nós queremos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mauro Zacher reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Grande Expediente, por cedência de tempo do Ver. Paulinho Rubem Berta.

O SR. ADELI SELL: Eu queria agradecer de modo especial ao Ver. Paulinho Rubem Berta, pela cedência do tempo, e a generosidade do Ver. João Dib, para que pudéssemos aproveitar este momento e fazer algumas ponderações acerca da Cidade. Como eu disse na minha intervenção anterior, a minha ideia, juntamente com vários moradores do Centro, é colaborar com o desenvolvimento da Cidade, principalmente porque estou preocupado, Ver. Dr. Goulart, com a questão da estética urbana de Porto Alegre. Às vezes, eu me pergunto: Porto Alegre tem uma identidade? Eu já fiz essa pergunta aqui e muitos ficaram em dúvida, alguns levantaram inclusive que a nossa identidade seria o seu povo e sua bem-querência. Mas a identidade de uma cidade é, primordialmente, seu povo e, especialmente, a multiplicidade do seu povo, quem cuida de habitação, quem cuida de inclusão social, de crianças, de adolescentes. Como vejo várias pessoas aqui neste Plenário, elas sabem o quanto é importante a população, a voz rouca das vilas e das ruas, seus afazeres, suas bem-querências, suas virtudes, inclusive os seus defeitos. Mas uma cidade só cria uma identidade quando ela é composta por sua multiplicidade, que é o espaço urbano, o urbanismo realizado, as perspectivas que se abrem para a população circular por essa cidade e fazer usufruto dela. Então, nesse sentido, parece-me que nós, se tivemos em algum momento uma identidade clara, perdemos ao longo dos anos, como eu disse num pequeno livro que editei em 2009, onde eu falo que Porto Alegre teve a sua modernidade suspensa. Eu perguntei qual a identidade da nossa Cidade. E agora eu pergunto: o que compõe a estética urbana de uma cidade? Também são elementos múltiplos. Quanto ao Mobiliário Urbano, fico sabendo que só lá pela metade do ano haverá licitação dos produtos e equipamentos toponímicos – portanto uma parte pequena do Mobiliário Urbano –, eu fico muito preocupado, porque eu gostaria de ver uma grande licitação sobre todo o Mobiliário Urbano da cidade de Porto Alegre. Que nós pudéssemos discutir, desde o meio-fio ou desde aquelas pedras que se colocaram agora para separar a ciclovia, que também é uma forma de acantonar os automóveis, de mostrar aos automóveis que ali tem uma outra via que pertence ao ciclista. Assim como o meio-fio da calçada é para ter um anteparo, para mostrar que ali tem a calçada que é utilizada pelo transeunte, ou seja, o mobiliário urbano é múltiplo, é diversificado.

Eu quero, sinceramente, colaborar, no próximo período, com algumas dessas questões que acabei de colocar: trabalhar a questão da estética urbana, do mobiliário urbano, bem como a acessibilidade e a mobilidade urbana de Porto Alegre – para isso, quero me concentrar como cidadão, a partir do dia 1º de janeiro. Não serei mais Vereador, sentirei saudades dos servidores, dos colegas, indiscutivelmente, mas estarei muitas vezes por aqui.

Quero começar com os amigos e moradores do Centro um grande movimento, aquilo que denominei antes como o Centro Mais, o Centro mais limpo, mais bonito, mais pintado, ou seja, aquilo que dá mais dignidade para as pessoas, não só para as que moram ali, mas para as que transitam pelo Centro de Porto Alegre, a começar pela Praça da Matriz. Duas licitações foram realizadas; nenhuma empresa apareceu – uma, que entrou na licitação, foi para as cucuias; portanto, a obra não aconteceu, apesar dos recursos do Projeto Monumenta para a recuperação da Praça da Matriz. Já vimos que a D. Eva Sopher repôs, recolocou e arrumou as pedrinhas portuguesas no entorno do magnífico Theatro São Pedro. O Tribunal de Justiça do Estado fez a mesma coisa no seu entorno, demorou até para que a SMAM liberasse – fiz várias intervenções aqui nesse sentido. É um absurdo como a burocracia atrapalha obras importantes da nossa Cidade. Quero dizer que a Praça da Matriz precisa ser recuperada urgentemente.

Quero fazer um apelo aqui para que a nossa FASC faça um trabalho com os moradores de rua de Porto Alegre, mas de modo especial com os da Praça da Matriz. Os canteiros com folhagens e flores estão sendo detonados, estragados porque eles dormem nesses canteiros e em todos os espaços, deixando a Praça completamente suja e emporcalhada. Muitas dessas pessoas são alcoólatras, usuários de outras drogas. Porque, como todos vocês que estão nos ouvindo aqui e nos acompanham pela TVCâmara sabem, nós temos a “cracklândia”, localizada na Rua Riachuelo esquina com a Rua Marechal Floriano Peixoto. Outra coisa que também eu não entendo como é que algumas autoridades não conseguem enxergar o que qualquer cidadão percebe a olhos vistos, e mesmo um cego sabe e sente que aquilo ali é algo terrível porque o cheiro é insuportável em qualquer das esquinas da Rua Marechal Floriano e da Rua Riachuelo, que é tomada por aqueles muquifos, alguns deles inclusive funcionam com liminar. Eu não consigo entender como é que a nossa douta Procuradoria não consegue derrubar uma liminar dessas, com equipamentos que funcionam sem nenhuma condição. Assim como também há alguns,

que eu não entendo como é que funcionam, na Cidade Baixa. Enquanto há alguns equipamentos que eu penso que poderiam funcionar acabaram sendo molestados pela Administração, por ações que não me parecem as mais corretas, ou, pelo menos, não houve a devida discussão, enquanto outros continuam fazendo balburdia e não lhes acontece absolutamente nada. Absolutamente nada! É mais ou menos como acontece hoje quando a gente vê algumas questões do Supremo Tribunal Federal: a dosimetria – para alguns inclusive os rigores de uma Constituição que não existe, que não está lá escrito; para outros, todas as benesses, cometem os crimes mais hediondos possíveis e imagináveis, como o tal do jornalista Pimenta Neves, que matou a sua mulher e continua solto até hoje. Quer dizer, este é um Brasil das contradições: a mesma lei tem interpretações diferentes, os mesmos gestores públicos têm comportamentos diferentes, segundo o dia, segundo o humor, quando isso não poderia acontecer. Nós deveríamos e devemos estar preocupados com o conjunto da nossa Cidade.

Minhas senhoras e meus senhores, eu quero, aqui, concluir dizendo que precisamos cuidar mais e mais de nossa Cidade. E eu, como cidadão desta Cidade, vou me juntar a outros tantos que têm me procurado para criar um grande movimento de melhoria da Cidade, começando pelo meu local de moradia, que é o Centro Histórico. Estou disposto a fazer isso, como sempre fiz, ao longo de minha vida, nesta Cidade que me acolheu, em 1972, quando aqui cheguei. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Zacher): Visivelmente, não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 18h01min.)